

A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO RECIFE (1822-1945)

EIXO TEMÁTICO 02: Processos de Produção do Espaço Urbano

RÜCKERT, Fabiano Quadros

Doutor em História. Professor Adjunto da UFMS, Câmpus do Pantanal.

fabianoqr@yahoo.com.br

RESUMO

O texto aborda o processo de formação espaço urbano da cidade do Recife, no período entre 1822 e 1945. Nesta abordagem interpretamos a cidade do Recife como um constructo histórico que ganha forma a partir das interações entre ambiente natural, ações antrópicas e relações sociais assimétricas e espacialmente localizadas. O foco incide nas intervenções do poder público no ordenamento do solo urbano, nas tensões entre interesses públicos e privados e na construção das diferenças entre o centro e as periferias do Recife. No intuito de refletir sobre a formação do espaço urbano no Recife, fixamos o ano da Independência do Brasil (1822) como marco cronológico inicial e o término do Estado Novo (1945) como marco final da análise, e revisamos um conjunto de pesquisas que contemplam temas como (i) o zoneamento do solo urbano, (ii) a gradual adoção de normas de arquitetura; (iii) a preocupação do poder público com a salubridade urbana, (iv) os investimentos em redes de saneamento e (v) a presença dos mocambos na paisagem urbana do Recife.

Palavras-chave: Recife; urbanização; história; poder público; ordenamento urbano.

PENSAR FORA DO EIXO

ABSTRACT

This text addresses the process of urban space formation in the city of Recife, between 1822 and 1945. In this approach, we interpret the city of Recife as a historical construct that takes shape from the interactions between the natural environment, anthropic actions, and asymmetrical and spatially localized social relations. The focus is on the interventions of public power in the ordering of urban land, the tensions between public and private interests, and the construction of differences between the center and the peripheries of Recife. In order to reflect on the formation of urban space in Recife, we set the year of Brazil's Independence (1822) as the initial chronological marker and the end of the Estado Novo (1945) as the final marker of the analysis, and we review a set of research that contemplates themes such as (i) the zoning of urban land, (ii) the gradual adoption of architectural standards; (iii) the concern of public authorities with urban health, (iv) investments in sanitation networks and (v) the presence of shantytowns in the urban landscape of Recife.

Keywords: Recife; urbanization; history; public authorities; urban planning.

RESUMEN

Este texto aborda el proceso de formación del espacio urbano en la ciudad de Recife, entre 1822 y 1945. En este enfoque, interpretamos la ciudad de Recife como una construcción histórica que toma forma a partir de las interacciones entre el entorno natural, las acciones antrópicas y las relaciones sociales asimétricas y espacialmente localizadas. El foco está en las intervenciones del poder público en la ordenación del suelo urbano, las tensiones entre los intereses públicos y privados, y la construcción de diferencias entre el centro y las periferias de Recife. Para reflexionar sobre la formación del espacio urbano en Recife, establecemos el año de la Independencia de Brasil (1822) como el marcador cronológico inicial y el fin del Estado Novo (1945) como el marcador final del análisis, y revisamos un conjunto de investigaciones que contemplan temas tales como (i) la zonificación del suelo urbano, (ii) la adopción gradual de estándares arquitectónicos; (iii) la preocupación de las autoridades públicas por la salud urbana, (iv) las inversiones en redes de saneamiento y (v) la presencia de barrios marginales en el paisaje urbano de Recife.

Palabras clave: Recife; urbanización; historia; autoridades públicas; planificación urbana.

PENSAR FORA DO EIXO

INTRODUÇÃO*

A construção de um conhecimento histórico implica, inevitavelmente, na definição de um recorte espacial; na delimitação de um marco cronológico; na seleção de fontes documentais e na proposição de temas considerados socialmente relevantes. Uma vez fixados, estes elementos se articulam e são usados pelos historiadores na produção de interpretações sobre um determinado passado. Neste sentido, o conhecimento histórico pode ser considerado como o resultado de um trabalho por meio do qual o historiador realiza que o Michel de Certeau denominou de operação historiográfica (Certeau, 2015).

Seguindo os procedimentos básicos do ofício historiográfico, apresentamos, no presente texto, um recorte espacial que incide sobre a cidade do Recife e adotamos como marco cronológico o período entre 1822 (ano da Proclamação da Independência do Brasil) e 1945 (ano que corresponde ao término do Estado Novo). Transitando pela dualidade espaço/tempo, o artigo aborda, a partir da bibliografia especializada, o processo de formação e uso do espaço urbano do Recife – cidade cuja população recenseada no ano de 2022 foi de 1.488.920 habitantes (IBGE, 2022).

Na perspectiva que adotamos, o espaço urbano do Recife foi interpretado como uma construção histórica marcada, de um lado, pela interação entre o ambiente natural e as ações antrópicas, e, do outro, pelas relações – materiais e imateriais – que os grupos humanos estabelecem durante sua fixação no respectivo espaço.

Dentro desta perspectiva, reconhecemos que a história do Recife foi influenciada por elementos de ordem natural [como a presença de diversos rios, a proximidade do nível do mar, as condições climáticas e a existência dos mangues], mas refutamos a ideia de um determinismo natural capaz de explicar a formação do espaço urbano recifense. Nossa interpretação a respeito das relações entre ambiente natural e ações antrópicas se enquadra nas proposições da História Ambiental que enfatizam a inserção humana dentro da natureza e considera os elementos naturais não humanos como coautores da nossa história (Crosby; 1993; Cronon, 2002; Alimonda, 2011).

No que diz respeito às relações estabelecidas entre os diferentes grupos humanos fixados no sítio urbano do Recife no transcurso da sua história, acreditamos que as obras de Henri Lefebvre (1991; 2004); Milton Santos (2013; 2018), Lúcio Kowarick (1979; 2009) e David Harvey (1980; 2005; 2014), oferecem importantes subsídios. Estas obras, apesar de apresentarem diferentes enfoques sobre o impacto do capital na urbanização, compartilham de uma matriz teórica em comum: o materialismo histórico. Partindo do materialismo histórico, e aceitando a premissa de que existe

* O presente artigo foi produzido com o apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e está vinculado ao Laboratório Interdisciplinar de Estudos Urbanos (LIEU).

PENSAR FORA DO EIXO

“uma ligação íntima entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização” (Harvey, 2014, p. 30), nosso objetivo consiste em historicizar a experiência de formação do espaço urbano do Recife, analisando os fatores econômicos, políticos e sociais que influenciaram na urbanização da capital de Pernambuco.

A bibliografia consultada para a construção deste artigo se caracteriza como interdisciplinar porque abrange estudos procedentes da História, da Geografia, da Sociologia e do Urbanismo. Buscando contemplar diferentes aspectos da urbanização, selecionamos obras que abordam temas como a atuação do poder público na normatização e ordenamento do espaço urbano do Recife (Sousa, 2002; Santos, 2009; Souza, 2015); os discursos e representações sobre a modernidade urbana desejada pelas elites locais (Arrais, 2001); os projetos de saneamento e de urbanização aplicados na capital pernambucana (Saturnino de Brito, 1943; Pontual, 1998; 1999). A presença dos mocambos na cidade, em diferentes momentos da sua evolução histórica, também se enquadra no escopo do texto e será abordada a partir de autores como Gilberto Freyre (1936 [2004]; 1937); Daniel Uchoa Cavalcanti Bezerra (1965); Dulce Chaves Pandolfi (1984); Joaquim de Arruda Falcão (1985) e Maria Ângela de Almeida Souza (2002); José Tavares Correia de Lira (1994); Geane Bezerra Cavalcanti (2015).

AS INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS E O ORDENAMENTO URBANO DO RECIFE IMPERIAL

Neta seção do artigo, concentramos nossa atenção no período imperial da história do Recife. Esta delimitação temporal não desconsidera o fato de que no ano da Proclamação da Independência, a capital de Pernambuco era uma cidade habitada por cerca de 20 mil habitantes e se configurava num dos maiores núcleos urbanos do incipiente Império do Brasil. Segundo Tarcísio Rodrigues Botelho (2005, p. 71), por ser uma cidade com um longo passado escravista, “sua população era amplamente dominada pelos afrodescendentes, com os brancos nunca representando mais que um terço do total de habitantes”. Na Recife do começo do século XIX, o crescimento da população livre foi mais acentuado do que o crescimento da população escrava. E por consequência, do total de 25.678 “almas” registradas na cidade, no ano de 1826, 69% se enquadravam na categoria de livres (Martins, 2017, p. 9).

O crescimento da população livre foi influenciado na expansão urbana da cidade na medida em que ganhou forma, ainda nas primeiras décadas do século XIX, um atrativo mercado de terras para moradia (Carvalho, 2010, p. 47). Naquele contexto, e particularmente, a partir da implantação do Regulamento das Câmaras Municipais do Império (Lei de 1º de Outubro de 1828), coube a Câmara Municipal do Recife a competência para legislar sobre a ocupação do solo urbano.

PENSAR FORA DO EIXO

O Regulamento de 1828 determinou as regras para composição e funcionamento das Câmaras em Vilas todas e Cidades do Império e fixou as responsabilidades que deveriam ser observadas pelas instituições camarárias. No Artigo 76, o Regulamento determinava que:

As Câmaras deliberarão em geral sobre os meios de promover e manter a tranquilidade, segurança, saúde e comodidade dos habitantes; o asseio, segurança, elegância e regularidade externa dos edifícios e ruas das povoações; e sobre estes objetos formarão as suas posturas, que serão publicadas por editais, antes e depois de confirmadas (Laxe, 1895, p. 201)

Além das determinações do Artigo 76, as Câmaras receberam outras responsabilidades, dentre as quais importa destacar a divisão do município em distritos, a assistência aos órfãos, a oferta do ensino escolar primário, o registro do patrimônio municipal, a contratação e remuneração dos seus funcionários e a apresentação anual das despesas para as Assembleia Provinciais (Laxe, 1895). A lista de atribuições era grande, e, no sentido inverso, as fontes de receita reservadas para as municipalidades eram reduzidas. Pesquisando nas Atas da Câmara do Recife, Maria Ângela de Almeida de Sousa identificou diversos documentos que registravam as dificuldades financeiras encontradas pela instituição para desempenhar as funções previstas na legislação imperial. A autora também identificou casos de dúvidas a respeito da divisão de competências entre a Câmara a Província de Pernambuco (Sousa, 2002, p. 118).

A disparidade entre as responsabilidades e as fontes de receita da Câmara perdurou durante todo o Império e limitou as possibilidades de intervenção da municipalidade no ordenamento do espaço urbano do Recife. Outro tipo de limitação foi gerado legislação imperial a respeito dos “terrenos da marinha”. Na Lei Orçamentária de 1831, o Império do Brasil incorporou ao patrimônio do Estado todas as terras litorâneas inundadas pela premar média do respectivo ano (Sousa, 2002, p. 124). Com este procedimento, parte expressiva do território do Recife, foi considerada como propriedade do Império e o seu uso ficou condicionado às exigências fixadas nas Instruções nº 348, emitidas pelo Império em 1832. De acordo com as Instruções, o Inspetor de Obras Públicas da Província deveria medir e demarcar os “terrenos da marinha” e as Câmaras de cidades litorâneas e das cidades localizadas nas margens de rios deveriam informar o Império sobre a existência de “terrenos reservados para logradouros públicos, além de títulos das Concessões feitas aos particulares, bem como os requerimentos de novos pretendentes (Sousa, 2002, p. 125).

No Recife, cidade com extensas áreas litorâneas e percorrida por diversos rios,¹ a legislação que estabeleceu as “terras de marinha” fixou uma distinção – de dimensões inicialmente imprecisas – entre o solo urbano administrado pela Câmara Municipal e o solo urbano reservado ao governo imperial. E, como consequência desta distinção, extensas áreas de mangues permaneceram por

¹ Dentre os principais rios que cruzam o sítio urbano do Recife, os mais expressivos são o Capibaribe, o Beberibe e o Tejió.

PENSAR FORA DO EIXO

longos períodos sem receber intervenções da municipalidade. Nestas áreas, ao longo de todo o século XIX, a população pobre foi gradualmente se instalando e construindo os mocambos que marcaram a paisagem urbana do Recife nos primeiros decênios da República.

No começo do século XX, a ocupação dos mangues do Recife por famílias pobres intensificou-se com a chegada de sertanejos que fugiam da seca e de camponeses expulsos dos canaviais (Pandolfi, 1984; Lopes, 2003; Correia, 2020).

Gilberto Freyre foi um dos intelectuais da década de 1930 que analisou a importância dos mocambos na configuração urbana do Recife. Ele abordou as tensões existentes entre os pobres que residiam nestas áreas [também chamados de mocambeiros] e os membros da elite local. Segundo Freyre (2004, p. 292-293), os homens da elite local – muitos dos quais ligados à produção do açúcar e ao comércio – dificultaram a sobrevivência dos pobres porque usavam escravos para explorar atividades como a pesca, o comércio de carne verde, o transporte marítimo e a produção do leite. Nestas condições, as alternativas para a população pobre encontrar atividades remuneradas eram reduzidas, e, conseqüentemente, os mocambos se multiplicavam.

No clássico *Sobrados e Mucambos*, publicado originalmente em 1936; e posteriormente, no livro *Mucambos do Nordeste*, publicado em 1937, Freyre apresenta diversas informações sobre a técnica de construção dos mocambos e sobre o perfil da população que residia nestas habitações. Construído por uma população pobre e composta predominantemente por afrodescendentes,² os mocambos do Recife Imperial foram edificadas mesclando elementos materiais e técnicas de construção de procedência indígena, europeia e africana.

Alguns mucambos³ tinham por cobertura, como as primeiras palhoças de índios descobertas nas praias por portugueses, duas ou três camadas de sapé. Boa proteção contra a chuva e até contra o calor. [...] este tipo indígena de palhoça recebeu a influência europeia da choça ou chopana “à maneira dos camponeses do Reino”, levantadas pelos portugueses menos remediados. Foi a palhoça indígena influenciada depois pelo mucambo de origem africana (Freyre, 2004, p. 298).

A interpretação dos mocambos como habitações que mesclavam saberes procedentes de cultura distintas, apresentada por Freyre, estava inserida na sua reflexão sobre a miscigenação cultural brasileira e não deve ser tomada como consensual para o contexto em que foi construída. José Tavares Correia de Lira (1994, p. 734) afirma que nas décadas de 1920 e 1930, “médicos, engenheiros, cientistas sociais, administradores públicos, literatos ou jornalistas realizam uma

² Cabe ressaltar que a população dos mocambos, apesar de ser predominantemente negra, era diversificada na sua condição social: nos mocambos residiam trabalhadores pobres, escravos de aluguel, alforriados, e escravos fugitivos.

³ Nesta citação, e também na referência aos livros publicados por Gilberto Freyre, optamos por manter grafia usada pelo autor consultado. Freyre – e outros autores da sua época - usavam a grafia “mucambos”.

PENSAR FORA DO EIXO

verdadeira ‘explosão’ discursiva do mocambo.” Os intelectuais interessados neste assunto apontaram diferenças entre “mocambos rurais” e “mocambos urbanos”; discutiram aspectos técnicos deste tipo de construção; opinaram sobre suas vantagens e desvantagens enquanto modelo de habitação popular, expressaram preocupações com o crescimento dos mocambos na capital do Pernambuco. Referindo-se especificamente a proposta de valorização cultural dos mocambos, difundida pela obra de Gilberto Freyre, Lira (1994, p. 736-737) identifica duas possibilidades de interpretação:

[...] temos uma interpretação que, ao mesmo tempo que releva o elemento de acomodação entre as culturas de base na formação social do povo brasileiro, privilegia uma leitura descendente dos contatos culturais: do colonizador ao nativo, do senhor ao escravo, do civilizado ao primitivo. O sentido inverso é, obviamente, interpretado como contribuição dos dominados ao repertório exótico de um luso-tropicalismo que supostamente deu certo.

A divergências dos intelectuais recifenses a respeito dos mocambos, apesar de relevante, não se enquadram no escopo da nossa reflexão histórica. O que nos interessa é ressaltar que num determinado momento da história do Recife, os mocambos – e as condições de vida da população que residia nestas habitações – ganharam importância no cenário político local.

Figura 1: cartão postal com a imagem de mocambos no Recife (sem data)



Fonte: <https://link.ufms.br/ti7ET>

Presentes na paisagem urbana do Recife no período anterior à independência, no transcurso do Império os mocambos se multiplicaram por diversos fatores, dentre os quais podemos destacar (i) o crescimento de uma população livre e pobre que geralmente era desprovida de condições

PENSAR FORA DO EIXO

financeiras para adquirir um imóvel ou pagar aluguel; (ii) o avanço dos pobres sobre as “terras de marinha” desabitadas e sobre os mangues; e (iii) a concentração de investimentos públicos e privados na urbanização da área central da cidade.

Durante a maior parte do período imperial, a expansão dos mocambos desenvolveu-se sem uma efetiva objeção do poder público. No entanto, nas últimas décadas do século XIX surgiram atritos entre os interesses da elite, as prioridades da Câmara Municipal e os habitantes dos mocambos. Naquele contexto, diante de um aumento populacional acentuado e da crescente demanda por áreas para habitação e para instalação de indústrias, o uso dos mangues tornou-se assunto de interesse das classes mais abastadas (Bezerra, 1965; Falcão 1985; Souza, 2002).

Enquanto os mocambos se multiplicavam em diferentes pontos da cidade, a Câmara Municipal e a Província promoviam ações para melhorar a infraestrutura urbana na parte central do Recife. Dentre estas ações, uma das mais importantes foi a concessão do serviço de abastecimento de água em rede para o setor privada – medida encaminhada pela Lei Provincial n. 46, de 1847.

As negociações que resultaram na concessão foram conduzidas pelo então Presidente da Província, Francisco do Rego Barros. Seguindo as condições fixadas pela Assembleia Provincial, Rego Barros assinou a concessão do serviço com os proprietários da Companhia Hidráulica do Beberibe, empresa criada para explorar o abastecimento de água no Recife. Em troca do direito pela cobrança da água fornecida em chafarizes e penas e do privilégio de 35 anos para exploração do serviço, a Companhia do Beberibe assumiu a responsabilidade de providenciar os estudos e obras necessárias para a construção do sistema de captação, instalação da rede distribuidora e implantação de 13 chafarizes em locais definidos pela Lei n. 46 de 1837 (Mello, 1991; Campos; Pacheco, 2018).

O contrato firmado entre a Província e a Companhia do Beberibe possibilitou uma importante melhoria urbana para a população do Recife. No entanto, seria incorreto pensar que o serviço contratado visava à universalização da oferta de água potável. Sendo ofertado por uma empresa privada, o acesso à água potável em rede estava condicionado ao pagamento pelo serviço. Para os mais pobres, a compra da água nos chafarizes – com ou sem a mediação dos aguadeiros – era a opção mais viável. Para os mais ricos, a Companhia oferecia a opção do arredamento de penas, ficando os custos da instalação hidráulica domiciliar sobre a responsabilidade dos proprietários de imóveis (Menezes; Araújo, 1991).

Na intenção de qualificar o quadro de funcionários da Secretaria de Obras Públicas da Província, Rego Barros contrata engenheiros franceses e executa um plano de obras urbanas que contemplavam, além das obras de abastecimento de água, a construção de rodovias e a modernização do complexo portuário. Neste aspecto, é interessante destacarmos que os

PENSAR FORA DO EIXO

proprietários de terras dificultaram a construção das estradas planejadas pelo governo provincial. Em fala dirigida a Assembleia Provincial, em 1838, Rego Barros descreveu a situação nos seguintes termos:

[...] os nossos Cidadãos, tão cheios, aliás, de patriotismos a outros respeitos, ainda não se convenceram de que a ação do governo deve ser ajudada por eles, no melhoramento das estradas, [...] e daqui veem que nenhuma obra é feita por meio de subscrições voluntárias, como acontece no Rio de Janeiro, e outras Províncias do Império. (Pernambuco, 1838 *apud* Sousa, 2002, p. 141).

A crítica registrada pelo Presidente da Província nos remete para um problema mais complexo: o problema do conflito entre os interesses públicos e privados. Este tipo de conflito assumiu diferentes formas e interferiu no desenvolvimento urbano do Recife.

A partir de 1831, ano da implantação do Primeiro Código de Posturas do Recife, a municipalidade iniciou um processo de intervenção nas práticas sociais que relacionadas ao ordenamento da cidade e fixou regras para a construção de imóveis no perímetro urbano. Este processo avançou com a implantação das “Posturas Adicionais da Architectura, Regularidades e Aformoseamento da Cidade” – documento publicado em 12 de outubro de 1839. Por meio das “Posturas Adicionais”, a Câmara Municipal adotou um novo modelo de quarteirão, dobrou a largura das ruas; definiu obrigações para os “mestres de obras particulares” e para os proprietários de imóveis; estabeleceu exigências para o escoamento das águas servidas, e fixou uma série normas que impactavam no formato e na estética das construções.

Segundo Sousa (2002), as intervenções da municipalidade do Recife na largura e traçado das ruas, assim como a imposição de regras para a construção de imóveis, representaram uma ruptura com a tradição colonial, dentro da qual a iniciativa privada desfrutava de maior autonomia no uso do solo urbano. A mesma autora identificou uma relação entre as “Posturas Adicionais”, a verticalização das construções e a padronização das fachadas do casario do Recife Imperial.

Interferindo na dimensão dos terrenos, nas técnicas de construção e na estética das fachadas, a municipalidade marcou sua presença na configuração da paisagem urbana e, gradualmente, produziu o que Gilberto Freyre interpretou como a contenção dos “abusos” cometidos por proprietários de imóveis urbanos (Freyre, 2004). Visando a contenção destes “abusos”, o governo provincial aprovou a Lei n. 129 de 1844 e instituiu o procedimento da desapropriação por utilidade pública. A respectiva lei assegurou a prerrogativa do interesse público (municipal ou provincial) no uso do solo urbano.

Na segunda metade do século XIX, e particularmente na década de 1850, quando Recife foi atingida por epidemias de febre amarela e cólera, a Câmara Municipal e o governo provincial direcionaram suas atenções para os fatores que comprometiam a salubridade urbana.

PENSAR FORA DO EIXO

No mês de maio de 1845, a Lei Provincial n. 143 criou o Conselho de Salubridade Pública de Pernambuco e definiu as competências deste órgão.⁴ A partir da sua criação, o Conselho produziu diversos documentos que registram os problemas sanitários do Recife. Dentre os problemas apontados, a falta de iluminação e a má ventilação dos sobrados. O Conselho de Salubridade foi extinto pela Lei n. 316, aprovada em 14 de maio de 1853. Sua extinção foi seguida da criação da Comissão de Higiene Pública da Província – órgão que iniciou suas atividades em 11 de agosto de 1853.

Em 1854, a Comissão de Higiene Pública encaminhou ao Presidente da Província um amplo relatório sobre as condições sanitárias do Recife. Neste documento, os médicos da Comissão indicam uma série de ações que deveriam ser promovidas pelo poder público, em prol da salubridade urbana. As ações incluíam a limpeza das ruas e praças; a limpeza dos quintais; o controle dos locais de despejo das matérias fecais; o aterro de áreas inundáveis; o calçamento das ruas; o plantio de árvores; a remoção do matadouro das cinco pontas; a construção de um novo mercado e a fiscalização dos alimentos comercializados (Pernambuco, 1856).

Tanto nos documentos do Conselho de Salubridade Pública, quanto nos documentos da Comissão de Higiene Pública escritos na década de 1850, existem registros da preocupação dos médicos com a má circulação do ar e a má iluminação solar dos sobrados – imóveis que geralmente não possuíam pátio lateral. Este tipo de preocupação era baseado na teoria dos miasmas e na ideia de que a qualidade do ar favorecia a proliferação de doenças. No caso do Recife, a concentração de sobrados no centro foi considerada pelos médicos como um fator de insalubridade. Na segunda metade do século XIX, os médicos interpretaram as condições do sítio urbano do Recife da seguinte forma:

Era opinião corrente que o seu perfil urbano fora, em parte, desenhado pelos rios, que se dividiam, se subdividiam e se emaranhavam por todos os recantos da cidade. Na visão dos médicos, isso não era saudável. O fato de localizar-se em solos quase ao nível do mar, onde o lençol submarino se encontrava bem próximo da superfície, tornava a cidade passível de uma umidade doentia e incomodativa. Dizia-se que a cidade padecia de um elemento mórbido especial: o máximo de umidade correspondendo ao máximo de temperatura. Isto decorria, segundo essa opinião, da posição topográfica de uma cidade rodeada de água por todos os lados, situada em

⁴ Dentre as atribuições do Conselho de Salubridade Pública de Pernambuco constavam: “promover e propagar a vacinação antivariólica; visitar assiduamente as prisões e casas de socorros públicos; inspecionar os estabelecimentos industriais, fábricas e oficinas existentes na cidade; fiscalizar os cemitérios, catacumbas e outros quaisquer lugares de inumações; cuidar dos meios de prevenir epidemias, endemias e os contágios; reprimir o charlatanismo; examinar rigorosamente os alimentos dados ao consumo; vistoriar as boticas e examinar as suas drogas e remédios; dar parecer sobre assuntos de higiene; fazer a estatística médica da Província; fiscalizar os facultativos no desempenho de suas funções; superintendendo seus atos, ale de outros objetivos e obrigações.” (Diniz, 1997, p. 189-190)

PENSAR FORA DO EIXO

terrenos baixos, e com uma boa parte de suas casas construídas sobre áreas roubadas aos rios, em praias lamacentas que pouco antes eram depósitos das imundícies e do lixo da cidade (Diniz, 1997, p. 131).

Corrigir todos os fatores que comprometiam a salubridade do Recife era algo inviável. Sendo assim, os médicos se concentraram em outras variáveis do problema sanitário: eles insistiram na importância da expansão dos serviços de saneamento e advertiram para o risco da construção de sobrados e casas geminadas. Com certa morosidade, a opinião dos médicos foi considerada pelas autoridades políticas da Província e da Câmara Municipal. Inicialmente, o poder público buscou atacar o problema do descarte das matérias fecais. Em 1858, o governo assina um contrato para a construção de uma rede de esgoto com engenheiro francês Luis Cambrone. Posteriormente, depois de divergências entre a empresa Cambrone e os proprietários de imóveis, em 1867, o governo revoga o contrato e estabelece negociações com a *Companhia Recife Drainage*. Sob a administração desta empresa, foi construída a primeira rede de esgoto do Recife.

Quanto ao problema da insalubridade dos sobrados, este foi atacado de forma gradual. Em 1866, a Lei Provincial n. 650 proibiu a construção de sobrados com mais dois andares. Dois anos depois, a Lei Provincial n. 784 fixa a exigência de um recuo lateral mínimo de 3 m,30cm entre o imóvel e o limite do lote. Como consequência destas leis, a construção de sobrados germinados foi sendo substituída pela construção de imóveis térreos com jardins laterais – imóveis mais adequados para os terrenos disponíveis nas periferias da cidade.

As leis provinciais supramencionadas, as “Posturas Adicionais” de 1839, e os Códigos de Posturas Municipais⁵ foram os principais documentos normatizadores do uso do solo do urbano. A existência dos Códigos de Posturas não impedia a criação de Posturas adicionais que tratavam de assuntos específicos, dentre os quais citamos, como exemplos, as práticas de velório e sepultamento em situações de epidemia; a conexão de imóveis à rede de esgoto; os locais para despejo do lixo; etc.

Não é nosso objetivo uma análise aprofundada das Posturas Municipais implantadas pela Câmara Municipal do Recife.⁶ Contudo, consideramos pertinente ressaltar que as Posturas, enquanto fontes documentais, as Posturas podem ser interpretadas numa dupla perspectiva: de um lado, elas registram o esforço da Câmara Municipal para fazer do Recife uma cidade organizada, moderna, funcional e higiênica; e, do outro, elas oferecem pistas para as práticas sociais consideradas indesejadas e prejudiciais para a salubridade urbana. Neste sentido, importa ressaltar que os Fiscais da Câmara circulavam pela cidade buscando identificar cidadãos que descumpriam

⁵ No Recife Imperial foram promulgados três Códigos de Posturas: o de 1831, o de 1849 e o de 1873.

⁶ Uma análise deste tipo foi desenvolvida com êxito pela historiadora Maria Ângela de Almeida Souza, autora da Tese intitulada “*Posturas do Recife Imperial*” (Souza, 2002).

PENSAR FORA DO EIXO

as Posturas, aplicavam multas aos infratores e informavam os vereadores sobre os problemas observados no cotidiano da cidade.

Respalgadas pelo ato da fiscalização e pelas multas, as Posturas Municipais interferiam na configuração espacial da cidade; influenciavam na estética das ruas e na construção dos imóveis; impactavam na mobilidade intraurbana; fomentavam novas práticas de higiene e provocavam mudanças nas relações entre o poder público e a sociedade do Recife imperial. Contudo, seria incorreto pensar que as mudanças ocorreram no mesmo ritmo e intensidade em todas as partes da cidade. Naquele contexto, as intervenções do poder público na urbanização priorizaram os bairros do Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista.

Correndo o risco de simplificar demasiadamente a interpretação do fenômeno urbano no Recife Imperial, acreditamos ser possível identificar dois processos que coexistiram: de um lado, houve um processo de ordenamento da urbe e de normatização do comportamento dos cidadãos feito a partir de leis provinciais, de Posturas Municipais e de dispositivos como fiscalização, embargo de obras e aplicação de multas; e simultaneamente, desenvolveu-se um processo de formação de mocambos nos mangues, nos “terrenos de marinha” e nas margens de rios e córregos. Na sequência do texto, vamos explorar com mais profundidade a coexistência destes dois processos no Recife da Primeira República.

A PRIMEIRA REPÚBLICA E AS MARCAS DO URBANISMO SANITARISTA NO RECIFE

A Proclamação da República, em 1889, e a Promulgação da Constituição de 1891 provocaram grandes mudanças na organização e funcionamento das instituições públicas brasileiras. No âmbito dos municípios, o regime republicano retirou das Câmaras Municipais a competência para usar os recursos públicos e instituiu a figura do Intendente – o político que, eleito pelo voto popular, deveria administrar as finanças municipais.

A divisão de funções entre o Executivo municipal e o Legislativo Municipal adotada pela República, apesar de impactar na disputa entre as elites políticas locais, não provocou a supressão da prerrogativa das municipalidades no uso do solo urbano. Questões relevantes como o zoneamento da cidade, o traçado das vias públicas, o loteamento do solo, o abastecimento de água, o comércio de alimentos e a manutenção da salubridade urbana permaneceram na esfera das municipalidades que compartilhavam estas responsabilidades com os governos estaduais. Inserida no novo arranjo político implantado pelo regime republicano, no transcurso da Primeira República, a Câmara Municipal do Recife elegeu o saneamento, a modernização do porto e o ordenamento da cidade como prioridades.

PENSAR FORA DO EIXO

Estudos para a modernização do porto do Recife foram realizados pelo engenheiro Alfredo Lisboa, ainda no final do Império. No entanto, as obras projetadas por Lisboa foram realizadas somente em 1909. Neste mesmo ano, o governo estadual contratou o renomado engenheiro Francisco Rodrigues Saturnino de Brito para executar um programa de expansão e qualificação dos serviços de saneamento existentes na capital de Pernambuco. As duas iniciativas – a reforma portuária e as novas obras de saneamento projetadas por Saturnino de Brito – se complementavam na medida em que concentravam investimentos no perímetro central da cidade, influenciavam no valor dos imóveis, e, simultaneamente, aprimoravam as conexões entre o centro e as periferias.

Sem desconsiderar a importância da reforma portuária projetada por Alfredo Lisboa e executada pela municipalidade nos anos de 1910 e 1911, vamos concentrar nossa atenção nos documentos produzidos por Saturnino de Brito no período em que presidiu a Comissão de Saneamento. Nestes documentos, o engenheiro registrou sua percepção sobre a expansão desordenada da cidade. Segundo Saturnino de Brito (1943, p. 19-20):

Uma errada orientação do poder público favorece esta desordem, na generalidade das cidades. Com efeito, temos os impostos e uma legislação especial para a edificação na cidade; nos arredores, para edificar ao longo de ruelas e das estradas, goza-se de liberdade ilimitada, com absoluto descuido fiscal. O resultado é a procura de terrenos baratos fora do perímetro urbano, e assim se acumulam as dificuldades para o futuro.

Observador atento dos problemas urbanos, Saturnino de Brito identificou no deslocamento da população para as periferias um problema que demandava intervenções do poder público. Na sua opinião, a “compressão dos impostos dentro do perímetro urbano e o descuido fora dele” estimulavam o deslocamento da população e encareciam a oferta de serviços urbanos essenciais como a iluminação, a distribuição de água, os esgotos, etc.

No documento intitulado “Saneamento de Recife. Descrição e Relatório – 1º Tomo”, redigido em 1917 e publicado em 1943 pelo Instituto Nacional do Livro, Saturnino de Brito adverte para a necessidade de o poder público “regularizar a edificação nos subúrbios, fazendo-se o estudo topográfico para organização de um Plano Geral de arruamentos e espaços livres destinados a parques, [...]”. (Saturnino de Brito, 1943, p. 20). Deste documento, extraímos o quadro destacado abaixo:

PENSAR FORA DO EIXO

Quadro 1: Estatística predial e domiciliária do Recife, em 1913.

NS.	DISTRITOS	PRÉDIOS DE		Mocambos	Total dos prédios	Total dos fogos
		Alvenaria	Taipa			
	<i>Cidade e arrabaldes próximos</i>					
1	Recife	683	0	11	694	571
2	Santo Antonio	1.988	0	0	1.988	2.116
3	1.º Distrito de S. José	2.128	0	99	2.227	2.330
4	2.º Distrito de S. José	1.060	620	1.254	2.934	2.889
5	Boa – Vista	2.494	239	116	2.849	2.975
6	Santo Amaro	768	146	2.230	3.144	3.082
7	Graça	974	412	638	2.024	1.991
8	Encruzilhada	286	896	4.011	5.193	5.024
9	Afogados	695	413	2.030	3.138	3.110
10	Madalena	315	720	684	1.719	1.687
11	Torre	259	1.687	952	2.898	2.863
	Soma	11.650	5.133	12.025	28.898	28.584
	<i>Arrabaldes afastados:</i>					
12	Peres	174	834	882	1.800	1.839
13	Poço	789	1.131	2.438	4.358	4.371
14	Várzea	305	1.372	1.002	2.639	2.615
	TOTAIS	12.918	8.470	16.347	37.735	37.940

Fonte: Saturnino de Brito, 1943, p. 65.⁷

Com base no recenseamento realizado pela municipalidade em 1913, sabemos que existiam 12.918 prédios de alvenaria e 8.470 de taipa. Sabemos também que nos bairros do Recife, Santo Antônio e no 1º Distrito de São José não foram registrados prédios de taipa – fato que indica uma tendência de crescimento de construções com material mais simples nos bairros mais afastados do perímetro central. A tendência se confirma com o predomínio dos prédios de taipas nos distritos de Encruzilhada, Madalena e Torre, e nos arrabaldes de Peres, Poço e Várzea. A estatística predial destacada acima também registra um número elevado de mocambos (13.347). Chama atenção a concentração de mocambos no 2º Distrito de São José, Santo Amaro, Encruzilhada e Afogados

⁷ No documento consta que os dados procedem do Recenseamento realizado pela municipalidade em 1913. Consta também que “os prédios do arquipélago de Fernando de Noronha” não foram incluídos no quadro estatístico.

PENSAR FORA DO EIXO

(juntos, estas quatro localidades somavam 9.525 prédios classificados como mocambos pelo recenseamento de 1913).

Na interpretação de Saturnino de Brito, tantos os prédios de taipa quanto os mocambos, eram “casebres em más condições para a higiene moral e física da população que neles habita, a qual pode ser avaliada em cerca de 75 mil habitantes.” (Saturnino de Brito, 1943, p. 67). Na perspectiva do renomado engenheiro, a existência dos mocambos era um assunto de ordem sanitária porque a precariedade destas habitações contribuía para os elevados índices de mortalidade que Recife apresentava; e, ao mesmo tempo, era um problema financeiro para a administração municipal porque os mocambos não pagavam impostos.

Incapaz de providenciar uma solução definitiva para o problema dos mocambos, o poder público concentrou seus esforços na construção da nova rede de esgoto e na ampliação do abastecimento de água e procurou aprimorar a legislação que regulamentava o uso do solo urbano.

A primeira rede de esgotos da capital pernambucana foi construída em 1873 pela já mencionada *Recife Drainage Company*. Projetada no modelo “separador absoluto”, ela era composta de duas redes: uma para coleta de esgoto pluvial e outra para coleta do esgoto doméstico. As galerias coletoras estavam restritas aos distritos do Recife, Santo Antônio e São José, e também atendiam parcialmente o distrito de Boa Vista. Em 1908, o governo estadual assumiu o controle do serviço de esgotos ciente de que rede apresentava problemas estruturais e operacionais que comprometiam a sua eficiência. Segundo Saturnino de Brito (1943, p. 79), em 1915 existiam 9.434 “aparelhos” sanitários conectados na rede antiga. Como o número de prédios servidos era desconhecido, não podemos precisar o tamanho do déficit na oferta da rede de esgoto. Entretanto, se considerarmos que no recenseamento de 1913 existiam nos distritos atendidos pela antiga rede um total de 13.836 prédios, e sem perder de vista que nestes distritos existiam diversos prédios que por serem de uso coletivo certamente possuíam mais de um “aparelho” sanitário (prédios usados como escolas, quartéis, hospitais, fábricas, ou por órgãos da administração pública), podemos inferir que a rede construída pela *Recife Drainage Company* não atendia satisfatoriamente a demanda de um Recife cuja população estava estimada em torno de 200 mil habitantes.

Em 1910, ano em que Saturnino de Brito inicia os trabalhos na Comissão de Saneamento do Recife, o serviço de abastecimento de água ainda estava sob a administração da Companhia do Beberibe, empresa criada em 1837. As primeiras obras do sistema de captação foram iniciadas em 1848, no Açude do Prata, e a partir desta localidade, foi construída uma rede de distribuição por gravidade (Menezes; Araújo, 1991). Posteriormente, em 1884, um segundo ponto de captação foi construído nas margens do Açude Dois Irmãos, neste local, a Companhia instalou uma galeria de

PENSAR FORA DO EIXO

poços subterrâneos que resultou na captação de 5.000 m³ diários. Mas este volume, ainda que acrescido das águas procedentes do Açude do Prata, era insuficiente para a demanda da cidade.

Durante um certo período, a insuficiência na oferta de água, apesar de prejudicial para a salubridade urbana, foi tolerada pela sociedade e pelo poder público. No entanto, a relação entre a Companhia do Beberibe e o poder público agravou-se durante as obras para a nova rede de esgotos. A empresa se recusou em ampliar a oferta de água, alegando que a lavagem da rede de esgoto não estava prevista no contrato de concessão. O governo do estado, por sua vez, decidiu encampar a Companhia do Beberibe, fato ocorrido em 1912.⁸ A partir da encampação, Saturnino de Brito e os demais profissionais da Comissão de Saneamento iniciaram os estudos para o novo projeto de abastecimento de água e o local escolhido para a captação foi o “ribeirão Gurjaú”. Efetuando a medição do volume de água deste manancial e registrando suas oscilações nos meses de estiagem e chuvas fortes, o engenheiro concluiu que a construção de uma represa no ribeirão do Gurjaú poderia assegurar o fornecimento de 40.000 metros cúbicos diários – volume que seria suficiente para atender uma população de 200.000 habitantes. Depois de indicar o melhor ponto de captação, Saturnino de Brito analisou opções existentes para o tratamento das águas e fez sugestões quanto ao sistema de distribuição, a taxa de consumo e o uso de hidrômetros (Saturnino de Brito, 1943).⁹

A rede de distribuição de água planejada por Saturnino de Brito contemplava partes periféricas do Recife e era maior do que a rede de esgoto. Ela previa o atendimento de 125 mil habitantes, ou seja, algo em torno de 75% da população da época. Estes números, ainda que baseados em estimativas, evidenciam a importância da nova rede hidráulica para a configuração do espaço urbano do Recife – um espaço que cada vez mais se distanciava do antigo centro histórico.¹⁰

No que diz respeito ao zoneamento do solo urbano, outra prioridade do poder público, importa mencionarmos que em 1919, a Câmara aprovou a Lei Municipal n. 1.051 e dividiu a cidade em quatro perímetros. Para cada um destes perímetros foram fixadas normas específicas de

⁸ A questão da insuficiência na água fornecida pela Companhia do Beberibe suscitou interessantes debates no ciclo político e na imprensa local, sobretudo quando surgiram indícios de que a Companhia estava usando as águas contaminadas do Açude Dois Irmãos para atender à população da capital (Saturnino de Brito, 1943). Acreditamos que este assunto demanda uma pesquisa histórica mais aprofundada.

⁹ Ver especialmente o Capítulo IV da obra “Saneamento de Recife. Descrição e Relatórios. 1º Tomo” (Saturnino de Brito, 1943).

¹⁰ Cabe ressaltar que entre a apresentação do projeto de abastecimento de água de Saturnino de Brito e a realização de todas as obras houve um hiato de tempo e muitas adversidades. A eclosão da Primeira Guerra Mundial e as limitações orçamentárias do governo dificultaram a construção das obras que foram concluídas no transcurso dos anos 20.

PENSAR FORA DO EIXO

loteamento do solo e construção de imóveis. Kamilla Moraes de Souza (2015) interpreta a respectiva lei como a “primeira tentativa de zonear a cidade”. A autora identifica dois aspectos importantes nesta iniciativa de zoneamento. São eles: a ausência de disposições “sobre o desenho das ruas e espaços abertos” e a preocupação com a “relação entre altura dos edifícios e largura das vias.” (Souza, 2015, p. 42).

É provável que a opinião de Saturnino de Brito a respeito do problema da expansão desordenada da cidade tenha sido considerada pelos legisladores que aprovaram a Lei Municipal n. 1051. No entanto, seria incorreto pensar que a preocupação sanitária tenha sido o único motivo para a implantação da respectiva lei. Interesses econômicos também estavam envolvidos. Neste sentido, entendemos que o zoneamento da cidade e as regras para construção de imóveis aprovadas em 1919 favoreceram a expansão do mercado imobiliário nas áreas periféricas da cidade – áreas que comercializavam lotes urbanos maiores do que os existentes no centro.

NOTAS SOBRE A POBREZA URBANA NO RECIFE E A HISTÓRIA DA *LIGA SOCIAL CONTRA O MOCAMBO*

Conforme afirmamos anteriormente, a presença dos mocambos no Recife não é um fenômeno da República. Freyre (2004) identifica suas origens no período colonial. O mesmo autor identifica uma relação entre o declínio da escravidão e a aumento no número de mocambos. Segundo Freyre (2004, p. 270-271)

[...] quando as senzalas diminuíram de tamanho, engrossavam as aldeias de mucambos e palhoças, perto dos sobrados e das chácaras. Engrossavam, espalhando-se pelas zonas mais desprezadas da cidade. [...] também no interior as senzalas foram diminuindo e engrossando a população das palhoças, das cafuas ou dos mucambos: trabalhadores livres quase sem remédios, sem assistência e sem amparo das casas-grandes.

A preocupação com a existência dos mocambos cresceu nas primeiras décadas do regime republicano. Sob certo aspecto, ela representava uma versão local de um problema que se manifestou em diferentes cidades do Brasil: o problema do crescimento da pobreza urbana. Durante a Primeira República, as elites que governavam cidades do interior de São Paulo, como Campinas, Taubaté, Rio Claro e Franca; e também as elites das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, se defrontaram com o desafio de controlar a presença dos pobres no espaço urbano (Rückert, 2019). Para assegurar este controle, as elites produziram leis que normatizavam o comportamento dos cidadãos; adotaram critérios para autorizar a mendicância; proibiram práticas de trabalho e lazer consideradas indecentes para os padrões morais da burguesia; usaram o aparato policial para reprimir a vadiagem e estabeleceram distinções entre o centro e áreas periféricas, classificadas nas

PENSAR FORA DO EIXO

leis municipais como suburbanas ou rurais. Mas a eficiência a linha divisória entre centro e periferias era imprecisa e a eficiência dos dispositivos usados pelas elites era limitada.

O centro da cidade era espaço vigiado pela polícia, concentrava grandes investimentos públicos e era valorizado pelo mercado imobiliário, mas não era um espaço plenamente controlado pelas elites. Nas ruas e praças do centro, circulavam brasileiros e imigrantes de distintas condições sociais e com interesses e condutas diferentes dos que eram compartilhados pelas elites urbanas. A periferia, por sua vez, estava inserida na economia urbana a através da mobilidade dos seus moradores – fossem estes chamados de pobres, biscateiros ou proletários – influenciava no cotidiano da área centra (Rückert, 2019, p. 343)

No Recife, a história das relações entre as elites e os pobres residentes no sítio urbano apresentaram certas particularidades. Como demonstramos anteriormente, desde as primeiras décadas do século XIX, a população livre cresceu em ritmo mais acelerado do que a população escrava, e a maior parte do contingente populacional livre era composta por pobres. Com a abolição da escravidão, uma parte dos ex-escravos que habitavam as propriedades rurais localizadas em torno do Recife migrou para a cidade em busca de melhores condições de vida. Este fluxo migratório, convencionalmente chamado de êxodo rural, manteve-se ativo nas primeiras décadas da República, tendo sido estimulado pela crise do setor canavieiro e pela oferta de trabalho remunerado gerada pelas obras de urbanização que estavam em curso na capital do pernambucana.

Dentro deste contexto, o Recife foi absorvendo um crescente número de pobres que por limitações de renda, geralmente se instalavam nos mocambos existentes em diferentes pontos da cidade. O perfil destes pobres e as suas condições de habitação foram descritas por Josué de Castro da seguinte forma:

“Afogados”, “Pina”, Santo Amaro”, zonas dos mangues dos “mocambos”, dos operários, dos sem profissão, dos inadaptados, dos que desceram do sertão da fome e não puderam vencer na cidade, dos rebelados e dos conformados – dos vencidos. Zona dos “mocambos”. Cidade aquática, com casas de barro batido a sopapo, telhados de capim, de palha e de folhas de flandres. Cumbucas negras boiando nas águas. Mocambos – verdadeira senzala remanescente fracionada em torno das Casas Grandes da Veneza Americana. Poesia primitiva de negros e mestiços fazendo xangô e cantando samba. Fisionomia africana (Castro, 1968, p. 17).

No período do Estado Novo, e mais especificamente, durante a gestão do Interventor Federal Agamenon Magalhães, iniciada em 1937, o combate aos mocambos no Recife tornou-se uma prioridade para o governo estadual e para a municipalidade (Lopes, 2003; Correia, 2020). Comprometido com a ideologia do Estado Novo, Agamenon Magalhães buscou conciliar o discurso de valorização da classe operária com a construção de habitações populares que deveriam substituir os mocambos. Coube ao Interventor, a iniciativa de criar a *Liga Social Contra o Mocambo*

PENSAR FORA DO EIXO

– movimento que articulou instituições governamentais, imprensa, Igreja Católica e setores da elite pernambucana (Pandolfi, 1984).

A campanha promovida pela *Liga* foi amplamente divulgada na imprensa da época. Em texto publicado no jornal Folha da Manhã, no dia 12 de julho de 1939, Agamenon Magalhães referiu-se aos mocambos da seguinte forma:

O primeiro mal do mocambo é que ele não tem piso, nem água, nem despejo. É um foco aberto para a propagação de todas as epidemias. O tifo e a tuberculose têm a sua morada nos mocambos. A verminose devora as criancinhas do mocambo, quase todas opiladas e tristes. Disse-me o Dr. Mario Ramos, diretor da saúde pública, que há em torno dos mocambos 8 mil cacimbas, sendo o esforço dos sanitaristas infernal na luta contra estes focos de infecção permanente. [...]. Diante, pois, do mocambo, haverá uma sensibilidade que não estremeça, ou uma consciência que não proteste? Há quem fique, diante de tamanho perigo social, de braços cruzados? Há quem tenha o coração tão duro que se feche ao apelo do governo para fazer uma casa e derrubar um mocambo? Onde estão as mulheres que vendiam suas joias para comprar a liberdade dos negros? Onde se escondem a grandeza varonil dos fidalgos pernambucanos, que se despojavam de honrarias e de bens para lutar pelo direito dos outros? Não há opressão social mais cruel do que a do mocambo. (Folha da Manhã, 1939, *apud* Cavalcanti, 2015, p. 222)

O texto supramencionado, apesar de ser um fragmento de um discurso amplo e complexo, nos permite identificar dois elementos do pensamento de Agamenon Magalhães. São eles: (i) a representação do mocambo como foco de insalubridade e doenças; e (ii) o apelo para a caridade dos membros da elite pernambucana. Articulando estes dois elementos, e respaldo pela conjuntura política do Estado Novo, o articulador da *Liga Social Contra o Mocambo* usou a imprensa para ganhar adeptos para a campanha. Nesta, o mocambo “era visto como causa, e não como consequência, de uma situação de desigualdade econômica” (Pandolfi, 1984, p. 63).

Em sintonia com o discurso da *Liga*, o então prefeito do Recife, Novaes Filho, proibiu a construção, a reforma ou melhoria dos mocambos (Pontual, 1999, p. 321). Simultaneamente, Novaes Filho¹¹ incentivou a construção de habitações que foram destinadas, preferencialmente, aos “operários sindicalizados e aos contribuintes dos Institutos de Previdência, Caixa e pensões do Ministério do Trabalho [...]” (Cavalcanti, 2015, p. 220).

A preferência na concessão das novas habitações para operários industriais e profissionais com contribuição previdenciária nos remete ao conceito de “cidadania regulada”, elaborado por Wanderley Guilherme dos Santos para interpretar a relação estabelecida entre o governo e a sociedade durante o Estado Novo. Segundo Santos (1979), a distinção no acesso aos benefícios

¹¹ Durante a sua gestão como prefeito do Recife, Novaes Filho “submeteu-se aos ditames do modernismo na arquitetura e no urbanismo, seguindo fielmente as ideias contidas no Plano de Reforma do Bairro de Santo Antônio (1938) e no Plano Geral de Expansão da Cidade (1943). (Pontual, 1999, p. 322)” Além de participar ativamente na campanha contra os mocambos e de incentivar a construção de habitações populares, Novaes Filho realizou diversas obras de urbanização, dentre as quais se destacam abertura da Avenida 10 de Novembro e a construção da Ponte Duarte Coelho.

PENSAR FORA DO EIXO

sociais entre os brasileiros que contribuíam com a previdência e os brasileiros que não estavam inseridos no sistema previdenciário organizado pelo governo Vargas, restringiu a efetivação da cidadania para um amplo contingente de brasileiros. Sem desconsiderar as críticas que o conceito de “cidadania regulada” recebeu,¹² acreditamos que ele é pertinente para indicar o limite do programa de habitação popular implantado em Pernambuco pelo governo de Agamenon Magalhães. Neste programa, o acesso aos imóveis construídos com recursos federais não contemplava os trabalhadores do setor informal, dentre os quais estavam as domésticas, os comerciantes de rua e os operários da construção civil – setores da economia urbana que empregavam um expressivo contingente de pobres.

Em 1941, durante o I Congresso Brasileiro de Engenharia, os resultados da *Liga Social contra os Mocambos* foram apresentados pelo engenheiro José Estelita, enviado como representante do Estado de Pernambuco. No texto publicado nos Anais do Congresso, Estelita informa que

Em 1937, foram construídas no Recife, 684 casas, regulando a construção diária 1,87 [...]. Em 1938 foram construídas 524 casas e em 1939, 1.085. Os efeitos da campanha contra o mocambo já se faziam sentir, em 1939, quando a construção sobe a 2,97 casas, quase 3 por dia. Nos meses de janeiro a junho, de 1940, já foram construídos na Capital 739 prédios, atingindo a média diária de 4,6 (Estelita, 1941, p. 49).

O engenheiro descreveu a campanha coordenada pela *Liga* como “um grande trabalho patriótico” e como uma iniciativa que visava assegurar aos operários “uma vida de padrão mais alto em casas higienizadas”. Ele relatou que o governo estadual havia aterrado 72.400 m² de áreas alagadiças nas localidades de “Santo Amaro, Cabanga e Pina.” O autor ressaltou a relação entre a proibição dos mocambos com a intenção do governo em manter a população no campo.¹³ A descrição positiva política de habitação popular implantada em Pernambuco feita pelo engenheiro Estelita, não pode ser dissociada do comprometimento deste profissional com o aparelho estatal.

Na interpretação de autores como Pandolfi (1984) e Cavalcanti (2015), os resultados alcançados pela *Liga Social contra os Mocambos* foram pouco expressivos. De fato, quando comparamos as 5.707 habitações construídas no Recife, durante os quatro anos de existência da *Liga*, com os 45.000 mocambos existentes em 1937, é fácil perceber os limites da campanha. Todavia, entendemos que outros fatores precisam ser considerados quando dimensionamos os

¹² A potencialidade do conceito “cidadania regulada” e também as suas limitações para a interpretação da “era Vargas” podem ser consultadas no artigo de Moreira e Santos (2020).

¹³ A permanência da população no campo foi uma das preocupações do governo Agamenon Magalhães. Esta preocupação materializou-se no incentivo para construções de habitações para os trabalhadores rurais. No interior do Estado, durante os 4 anos de existência da *Liga Social Contra o Mocambo*, foram construídas 8.109 habitações para trabalhadores (Cavalcanti, 2015, p. 223).

PENSAR FORA DO EIXO

resultados da *Liga*. Em primeiro lugar, devemos pensar que a aquisição de uma habitação [financiada ou alugada] representava uma conquista para os operários, sobretudo numa conjuntura de fortalecimento da identidade operária, como foi o Estado Novo. Complementando está representação simbólica, que pela sua natureza, é difícil de ser mensurada, devemos considerar que a proibição da construção de novos mocambos, feita pela municipalidade do Recife, provocou o deslocamento de uma parte dos pobres para áreas mais afastadas do centro – áreas geralmente desprovidas de serviços urbanos básicos. Segundo Falcão Neto e Souza (1985) os mocambeiros erradicados que não foram contemplados pelo sistema de financiamento habitacional passaram a ocupar, principalmente, as colinas da zona norte, e muitos foram obrigados a pagar o “foro” (o aluguel do chão) a supostos detentores das terras onde se instalaram. Um terceiro fator também merece nossa atenção: as casas construídas pela *Liga Social contra o Mocambo* estimularam o crescimento do mercado imobiliário, produziram empregos, e, de forma direta ou indireta, impactaram na configuração do espaço urbano.

Quando foi extinta, em 1945, a Liga foi reformulada e recebeu o nome de *Serviço Social Contra o Mocambo* (Moraes, 2019, p. 139). Suavizando o discurso que criticava as condições higiênicas dos mocambos, abdicando da retórica da caridade – anteriormente usada pela Liga para sensibilizar a elite pernambucana, e evitando o recurso das remoções em massa, o *Serviço Social Contra o Mocambo* exerceu um papel importante, sobretudo no que diz respeito ao monitoramento das áreas ocupadas e na produção de estatísticas sobre a população denominada na época de mocambeiros.¹⁴

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No recorte histórico do processo de formação e do uso do solo urbano do Recife, apresentado neste texto, destacamos um conjunto de intervenções do poder público no ordenamento da cidade e na normatização do comportamento dos cidadãos. Estas intervenções, apesar de dispersas no tempo e procedentes de instituições distintas, ressaltam a importância das leis e das ações políticas na definição dos limites entre o público e o privado e na construção – espacial e simbólica – da cidade.

O protagonismo do poder público na formação e uso do solo urbano do Recife perpassa toda a bibliografia consultada. No entanto, ser protagonista numa determinada trama histórica, não significa, necessariamente, desempenhar um bom papel. As pesquisas de historiadores, geógrafos,

¹⁴ Cabe registrar que na bibliografia consultada existem poucas referências ao Serviço Social Contra o Mocambo. Cogitamos a hipótese de que o trabalho desta instituição e a documentação por ela produzida ainda não tenham sido objetos de pesquisas históricas mais aprofundadas.

PENSAR FORA DO EIXO

sociólogos e arquitetos que interpretaram a urbanização do Recife oferecem diversos exemplos de situações em que o poder público errou por excesso, omissão ou incompetência. As pesquisas também contemplam situações de divergências entre a municipalidade do Recife e o governo regional, representado pela Província de Pernambuco, no período Imperial, e pelo Estado de Pernambuco, no período republicano. No caso do Recife, conforme demonstramos no texto, o governo nacional também interferiu no uso do solo urbano.

Como ocorre em toda trama, na história da formação e uso do solo urbano do Recife também existiram os “atores coadjuvantes”. Na nossa interpretação, foram os pobres que exerceram o papel de “coadjuvantes” na medida em que marcaram sua presença no espaço urbano com a construção de mocambos nas áreas de mangues, nas margens de rios e córregos e nos morros da cidade. E mesmo quando suas condições de habitação foram criticadas pelos membros da elite e os seus mocambos foram considerados como prejudiciais para a salubridade urbana, os pobres estavam participando da construção espacial da cidade. Neste sentido, importa ressaltarmos que o amplo contingente social genericamente classificado como pobres, abrangia trabalhadores [formais ou informais] com níveis diferenciados de renda. Uma parte deste contingente, adquiriu imóveis na periferia da cidade e se tornou consumidor de serviços urbanos como o abastecimento de água, a coleta de esgoto, a iluminação pública e o calçamento de ruas, dentre outros. Isto implica em reconhecer que, de forma direta ou indireta, os pobres do Recife também contribuíram com a implantação dos serviços urbanos.

No que concerne à localização dos investimentos em serviços urbanos gradualmente implantados no Recife, dentro do marco cronológico que fixamos (1822-1945), a revisão bibliográfica nos permite inferir que o perímetro central foi a área que recebeu maior volume de investimentos. No nosso entendimento, a disparidade nos investimentos entre o centro e as periferias, apesar de beneficiar os setores da elite que possuíam imóveis na área central ou próximo dela, não pode ser considerada como uma prática de segregação social. Outros fatores precisam ser ponderados. A priori, serviços urbanos em rede – como o abastecimento de água e a coleta de esgoto – demandam altos investimentos e são direcionados, prioritariamente para áreas de maior densidade demográfica. Nestas áreas, existe maior probabilidade de recuperação dos capitais aplicados. Esta foi a lógica que orientou a instalação da rede de água da Companhia do Beberibe e também foi a lógica que orientou os investimentos da *Companhia Recife Drainage*. Situação diferente ocorreu quando o poder público assumiu a administração dos serviços de abastecimento de água e esgoto na capital pernambucana. Submetidos ao controle de instituições governamentais, estes serviços foram ampliados para as periferias, beneficiando contingentes mais amplos da sociedade.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. **O pântano e o riacho**: a formação do espaço público no Recife do século XIX. São Paulo: Editora USP, 2001.

ALIMONDA, Héctor. La colonialidad de la naturaleza. Una aproximación a la Ecología Política Latinoamericana. In: ALIMONDA, Héctor (Coord.). **La Naturaleza Colonizada**: ecología política y minería en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, p. 21-60, 2011.

BEZERRA, Daniel Uchoa Cavalcanti. **Alagados, mocambos e mocambeiros**. Recife: Imprensa Universitária, 1965.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. População e espaço nacional no Brasil do século XIX. **Cadernos de História**, v. 7, n. 8, p. 63-83, 2005.

CAMPOS, Hernani Loebler; PACHECO, Soênica Maria. Uma análise histórico-geográfica da importância do rio Beberibe para o abastecimento de água da Região Metropolitana do Recife. **Água y Territorio**, n. 11, p. 34-43, 2018.

CARVALHO, Marcus J. M. de. **Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850**. 2. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CASTRO, Josué De Castro. **Documentário do Nordeste**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense., 1968.

CAVALCANTI, Geane Bezerra. Comunidade e identidade: a Liga Social Contra o Mocambo e a construção de um sentido de comunidade e identidade na periferia da cidade do Recife nas décadas de 1930 e 1940. **Escritas**, Vol. 7 n. 2, p. 215-229, 2015.

CORREIA, Midian Tavares. **As condições de moradia das comunidades pobres na cidade do Recife em meio às políticas públicas de combate à pobreza durante o Estado Novo (1937-1945)**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2020.

CROSBY, Alfred W. **Imperialismo Ecológico**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ELENITA, José. **Cruzada Social Contra o Mocambo no Recife**. Dois anos de política social. [Texto apresentado no I Congresso de Arquitetura e Urbanismo]. Rio de Janeiro, p. 47-60. 1941.

FALCÃO, Joaquim de Arruda. Os mocambos do Recife: O direito de morar. **Revista Ciência Hoje**, SBPC, v. 3, n. 18, 1985.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. 15 ed. rev. São Paulo: Global, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Mucambos do Nordeste**: Algumas Notas sobre o Typo de Casa Popular mais Primitivo do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1937.

PENSAR FORA DO EIXO

- HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- KOWARICK, Lúcio. **Escritos Urbanos**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- LAXE, João Baptista Cortines. **Regimento das Câmaras Municipais, ou, Lei de 1º de outubro de 1828 [...]**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1895.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- LIRA, José Tavares Correia de. A construção discursiva da casa popular no Recife (década de 30). **Análise Social**, Vol. XXIX (127), (3), p. 733-753, 1994.
- LOPES, G. A. **A cruzada modernizante e os infiéis no Recife, 1922 – 1926**: higienismo, vadiagem e repressão policial. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- MARTINS, André Luiz de Miranda. Notas sobre a demografia e a economia de Pernambuco nos idos de 1817. **XII Congresso Brasileiro de História Econômica**, p. 1-17, 2017.
- MELLO, Virginia Pernambuco. **Água Vai. História do Saneamento de Pernambuco**. Recife: COMPESA, 1991.
- MENEZES, José Luiz da Mota; ARAÚJO, Hamilton Francisco de (Orgs.). **Águas do Prata**. A Companhia do Beberibe: história do saneamento de Pernambuco, 1828 a 1912. Recife: Companhia Pernambucana de Saneamento, 1991.
- MORAES, Demóstenes Andrade de. **Entre a subcidadania e o direito à cidade**: estudos críticos sobre a urbanização de favelas no Brasil e as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) no Recife – PE. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, UFPB, João Pessoa, 2019.
- MOREIRA, Marcelo Sevaybricker; SANTOS, Ronaldo Teodoro dos. Cidadania regulada e Era Vargas: a interpretação de Wanderley Guilherme Dos Santos e sua fortuna crítica. **Estudos Históricos**, vol. 33, nº 71, p.539-558, 2020.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. **Pernambuco de Agamenon Magalhães**. Recife, PE: Massangana, 1984.
- PERNAMBUCO. **Relatório do Estado Sanitário da Província de Pernambuco durante o ano de 1954 apresentado ao Exmo. Presidente da mesma Província**. Recife: Typographia de M. F. de Farias, 1856.

PENSAR FORA DO EIXO

PONTUAL, Virgínia Pitta. **O saber urbanístico no governo da cidade:** uma narrativa do Recife das décadas de 1930 a 1950. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

PONTUAL, Virgínia Pitta. Homens e coisas na cidade do Recife: uma interpretação da modernização governamental. **Cad. Est. Soc.**, v. 15, n. 2, p. 317-342, 1999.

RÜCKERT, Fabiano Quadros. Olhares sobre a pobreza e a urbanização no Brasil na transição do século XIX para o XX: uma prospecção bibliográfica. In: RÜCKERT, Fabiano Quadros; *et. al*, (Orgs.). **Histórias da Pobreza no Brasil**. Rio Grande: Editora FURG, p. 317-346, 2019.

SANTOS, Manuela Arruda dos. **Recife: entre a sujeira e a falta de (com)postura 1831-1845**. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2009.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

SANTOS, Milton. **A pobreza urbana**. 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça:** a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SATURNINO DE BRITO, Francisco Rodrigues. **Saneamento de Recife**. Descrição e Relatórios. 1º Tomo. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro [Coleção Obras Completas de Saturnino de Brito, Volume VIII], 1943.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. **Posturas do Recife Imperial**. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

SOUZA, Kamilla Moraes de. **Forma urbana e controle de uso e ocupação:** um estudo do impacto da legislação de uso e ocupação do solo na cidade do Recife. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Urbano, UFPE, Recife, 2015.